



## **A construção dos gêneros jornalísticos a partir das sequências e marcas textuais<sup>1</sup>**

**Autora:** Camila Escudero<sup>2</sup>

### **Resumo**

Partindo da verificação dos gêneros jornalísticos publicados pelo jornal Folha de S.Paulo em seu Primeiro Caderno, este estudo tem como objetivo identificar e classificar a sequência tipológica — narração, argumentação, exposição, descrição e injunção — predominante em cada um deles, bem como determinar as características de cada gênero a partir das marcas linguísticas observadas nas sequências encontradas. Como principais resultados, destacamos que o uso das marcas textuais são fundamentais para construção das sequências. Elas predominam no texto de acordo com a função e característica do gênero jornalístico. São as marcas, inseridas nas sequências que, por sua vez, compõem o gênero que dão conta de verificar e compreender o uso da língua e suas formas de ação sócio-discursivas presentes no cotidiano da imprensa.

**Palavras chave:** Gênero jornalístico; sequência textual; marcas textuais

### **1. Introdução**

Diariamente, a imprensa brasileira escrita publica uma série de informações sobre os mais variados acontecimentos — esportes, cultura, economia, política, cotidiano. Independentemente do assunto, todas são apresentadas ao leitor a partir de um formato específico, ou seja, por meio da utilização dos chamados gêneros jornalísticos, um conjunto de regras e padrões que tem por objetivo sistematizar o trabalho do jornalista. Aliado a todos os recursos e regras da Língua Portuguesa, os gêneros acabam por antecipar a forma de concepção do texto. Nesse sentido, nos propomos a investigar nesse trabalho como a frequência dos tipos textuais nos gêneros jornalísticos pode contribuir para a identificação das marcas textuais e, conseqüentemente, a caracterização dos mesmos.

Partimos do pressuposto de que o jornalista, repórter, redator, articulista, editorialista, enfim, o produtor da mensagem jornalística prioriza o conteúdo da

---

<sup>1</sup> Este trabalho, apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste (realizado de 3 a 5 de julho de 2013), é fruto da monografia produzida pela autora como exigência parcial para a conclusão do curso de Especialização em Língua Portuguesa (Lato Sensu) da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), sob orientação da profa. dra. Dieli Vesaro Palma, em março de 2011.

<sup>2</sup> Doutoranda em Comunicação Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Comunicação Social e graduada em Jornalismo pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), com pós-graduação em Jornalismo Internacional e Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora licenciada da Universidade Metodista de São Paulo, nas disciplinas de Mídia Comunitária e Produção Jornalística. E-mail: [camilaescudero@uol.com.br](mailto:camilaescudero@uol.com.br).



mensagem ao invés da forma. Dessa maneira, se perguntássemos a um deles sobre frequência dos tipos e marcas textuais em seu texto ou seu mecanismo estruturante, dificilmente saberia responder. Entretanto, acreditamos que é a forma aliada à função da mensagem que produz o gênero — e, em alguns casos, o próprio suporte impresso ou ao ambiente são os fatores determinantes.

## 2. Metodologia

Após pesquisa bibliográfica sobre os temas gênero jornalístico e tipos e marcas textuais, traçamos como objetivo inicial identificar e classificar a sequência tipológica predominante — narração, argumentação, exposição, descrição e injunção —, conforme categorização de Marcuschi (2010) e Adam (In: BONINI, 2005), nos enunciados de cada tipo de gêneros jornalístico definido por Marques de Melo (2010, p.33) — informativo, opinativo, interpretativo, diversional e utilitário.

Em seguida, a meta foi determinar as características de cada gênero a partir da observação das marcas linguísticas distinguidas nas sequências de tipos textuais encontradas. Para isso adotamos a técnica da análise de conteúdo sobre um *corpus* de textos (cada um representando um tipo de gênero publicado) no *Primeiro Caderno da Folha de S.Paulo* do dia 12 de dezembro de 2010<sup>3</sup>, data escolhida aleatoriamente, estabelecendo categorias e subcategorias de análise.

Tal análise é composta de dois momentos visando à caracterização dos gêneros jornalísticos com base nas sequências tipológicas: 1) o levantamento, identificação e classificação das sequências em cada texto; e 2) o levantamento, identificação e classificação das marcas linguísticas em cada sequência.

## 3. Gêneros jornalísticos

Escrever para o grande público é um esforço incessante. Transmitir a informação da maneira mais clara, objetiva e precisa possível, levando em consideração não só a infinidade de temas, situações e contextos, mas também a variedade de mídias (rádio,

---

<sup>3</sup> Os textos selecionados foram: *Futura ministra favorece aliados em SC*, de Fernanda Odilla e Maria Clara Cabral / De Brasília, para o representante da categoria Gênero Informativo, subcategoria Notícia; *Melhor vetar, de autoria do jornal*, Folha de S.Paulo, para a categoria Gênero Opinativo, subcategoria Editorial; *O triunfo do monstro, de Leonardo Cruz*, para a categoria Gênero Interpretativo, subcategoria Análise; *Inscrições para concurso acabam na próxima sexta-feira*, de autoria não identificada (assinado apenas Da Redação de São Paulo) para a categoria Gênero utilitário, subcategoria Chamada; e *A classe C mora ao lado*, de Hohanna Nublat e Lula Marques / De Brasília, para a categoria Gênero diversional, subcategoria Jornalismo literário. Todos são facilmente encontrados no item busca do site da Folha de S.Paulo ([www.folha.com](http://www.folha.com)).



televisão, jornal, revista internet etc.) e a fragmentação da própria atividade jornalística, exige que o produtor da mensagem se policie a cada palavra, a cada minuto.

Nesse sentido, a utilização de regras, padrões, classificações, técnicas e tantos outros itens que sistematizam e organizam o trabalho do jornalista se faz necessário, não para podar sua criatividade ou liberdade de expressão, mas, acima de tudo, para orientá-lo no sentido de cumprir seu dever social: informar.

Os próprios manuais de redação e estilo adotados pelos grandes veículos de comunicação costumam ajudar nessa sistematização. O manual atua como uma referência para o jornalista na hora de produzir seu texto, e elemento de consulta constante, assim como dicionários, enciclopédias, internet etc. e informa, inclusive, como o produtor da mensagem deve construir seu texto.

Os gêneros jornalísticos, por sua vez, são uma forma de sistematização desse trabalho. Integrantes do conhecimento teórico-prático compartilhado e legitimado entre os jornalistas e profissionais da Comunicação, proporcionam o discernimento do aproveitamento da informação e antecipam a forma em que será concebido o texto. Além disso, indicam a aptidão para determinado fato merecer um tratamento específico e publicação. Em outro plano, também atuam como instrumento pedagógico válido para o ensino e aprendizagem do Jornalismo.

No Brasil, o estudo dos gêneros jornalísticos tem origem nos anos 1960, com Luiz Beltrão em sua triologia: “A imprensa informativa” (1969); “Jornalismo interpretativo” (1976); e “Jornalismo opinativo” (1980). De lá para cá, houve uma série de avanços, com vários pesquisadores atuando no resgate e interpretação dos mecanismos estruturantes de segmentos de mensagem. Um dos passos mais recente foi a criação, em 2009, do Grupo de Pesquisa em Gêneros Jornalísticos na Sociedade Brasileira de Ciência da Comunicação – Intercom.

Entre tantas obras sobre o tema que conceitualizam e referenciam a questão dos gêneros jornalísticos, adotamos a definição utilizada por Costa (2010, p.47):

Identificamos gênero jornalístico como um conjunto de parâmetros textuais selecionados em função de uma situação de interação e de expectativa dos agentes do fazer jornalístico, estruturado por um ou mais propósitos comunicativos que resulta em unidades textuais autônomas, relativamente estáveis, identificáveis no todo do processo social de transmissão de informação por meio de uma mídia/suporte.

Assim, é possível dizer que os gêneros jornalísticos são formas fixas das mensagens veiculadas em um meio de comunicação que ordenam o que é apresentado



diariamente ao leitor. Estabelecido numa espécie de convenção social e seguindo alterações estabelecidas de tempo e espaço sobre realidades sempre em transformação, são apresentados em diversas categorias, subcategorias ou temáticas. Uma das classificações mais recentes é a de Marques de Melo (2010, p.33), feita a partir da observação nos cadernos de variedades de quatro jornais paulistanos, em novembro de 2007. Nesse estudo, os gêneros jornalísticos são divididos em informativo, opinativo, interpretativo, diversional e utilitário. Cada um possui características únicas e consensualmente reconhecidas, conforme explicado pelo próprio autor

O gênero informativo aparece de corpo inteiro, representado por todos os seus formatos: nota, notícia, reportagem, entrevista. O gênero opinativo flui através de cinco formatos convencionais: a resenha, a coluna, o comentário, a caricatura e a crônica [...] o editorial, o artigo e a carta. Somente um formato de gênero interpretativo figura nos cadernos de cultura dos jornais paulistanos: o dossiê. Os demais — análise, perfil, enquete, cronologia — deixaram de ser cultivados no período. Apesar da diminuta incidência, o gênero diversional começa a ser valorizado, tanto a história de interesse humano quanto a histórica colorida. O gênero utilitário ganha fôlego na mídia impressa de São Paulo, ocupando o terceiro lugar no âmbito espacial e compreendendo quatro formatos bem definidos: indicador, cotação, roteiro e serviço.

#### **4. As sequências tipológicas dentro dos gêneros jornalísticos**

Apesar de serem reconhecidos com características próprias, ou ainda como “modelos correspondentes a formas sociais reconhecíveis nas situações em que ocorrem”, de acordo com Marcuschi (2008, p.84), os gêneros jornalísticos, de maneira nenhuma podem ser compreendidos fora da linguagem em uma perspectiva discursiva — seja por possuírem, permanentemente, uma dinâmica e adequação necessárias à realidade na qual estão inseridos — “sua estabilidade é relativa ao momento histórico-social em que surge e circula (MARCUSCHI, 2008, p.84)” —, seja por remeterem, em última instância, à própria noção de língua como atividade social, histórica e cognitiva.

Localizados em uma categoria mais ampla, a dos gêneros textuais, a própria natureza dos gêneros jornalísticos é sociocomunicativa, baseada em parâmetros pragmáticos e discursivos, visto que, utilizando as ideias de Marcuschi (2001), sua sedimentação se dá por meio de práticas sociais desenvolvidas e testadas para atingir propósitos comunicativos. Em outras palavras: não é possível tratar os gêneros independentemente de sua realidade social de se sua relação com as atividades humanas.



Assim, faz-se necessário abordar dois pontos fundamentais no processo de produção dos gêneros jornalísticos. Muito mais que saber as características e funções de cada um deles, o jornalista (o humano em sua atividade profissional) precisa de domínios discursivos e competências comunicativas.

A noção de discurso remete à visão da linguagem como interação social. Baseada na obra de Voloshinov Bakhtin, e a teoria da enunciação, não só coloca o enunciado como objeto de estudo da linguagem como dá à situação de enunciação o papel de componente necessário para a compreensão e explicação da estrutura semântica de atos de comunicação. Nesse contexto, emerge o domínio discursivo. Adotaremos aqui o conceito trabalhado por Marcuschi (2008, p.194):

(...) entendemos como domínio discursivo uma esfera da vida social ou institucional (religiosa, jurídica, jornalística, pedagógica, política, industrial, militar, familiar, lúdica etc.) na qual se dão práticas que organizam formas de comunicação e respectivas estratégias de compreensão.

Sendo assim, segundo o autor, os domínios discursivos produzem modelos de ação comunicativa que se estabilizam e transmitem de geração para geração com propósitos e efeitos definidos e claros. Além disso, acarretam formas de ação, reflexão e avaliação social que determinam formatos que, em última instância, desembocam na estabilização de gêneros. “E eles também organizam as relações de poder” (MARCUSCHI, 2008, p.194).

Aliada ao domínio discursivo, há a necessidade da chamada competência comunicacional na produção dos gêneros jornalísticos a fim de que a compreensão da informação seja eficiente e o processo interativo, ainda que remoto no caso da imprensa, seja satisfatório. Tal competência refere-se à capacidade de uso da língua de acordo com a situação e o local vividos e envolve, segundo Fiorin (2001, p.32):

1. Competência linguística: diz respeito ao conhecimento gramatical e lexical que o falante deve ter para produzir enunciados gramaticais aceitáveis.
2. Competência discursiva: engloba uma competência narrativa, relacionada à mudança do estado presente e a sua estruturação ocorre em fases de um esquema canônico, que parece ser universal; uma competência discursiva propriamente dita, referente à tematização e aos mecanismos argumentativos, que utilizam o implícito, a norma lingüística adequada, as figuras de pensamento, os modos do discurso alheio, entre outros.
3. Competência textual: refere-se à utilização adequada da semiótica-texto em que o discurso será veiculado.
4. Competência interdiscursiva: diz respeito à heterogeneidade constitutiva do discurso.



5. Competência intertextual: volta-se para as relações que um texto mantém com um outro ou como uma maneira de textualizar.
6. Competência pragmática: relaciona-se aos valores ilocutórios dos enunciados.
7. Competência situacional: diz respeito ao conhecimento relacionado à situação em que se processa a comunicação e ao parceiro do ato comunicativo.

Conforme visto, os gêneros, caracterizados por seus conteúdos, componentes, funcionalidade e estilo, apresentam características sócio-comunicativas que refletem na compreensão da linguagem como uma prática textual-discursiva, na qual há relações entre texto e situacionalidade cultural, social, histórica e cognitiva, envolvendo conhecimentos seja individuais, seja coletivos, conforme reforça Marcuschi (2008, p.208). E são justamente essas características sócio-comunicativas com todas suas correlações que dificultam, muitas vezes, a fixação de um gênero, impossibilitando-nos de defini-los mediante certas propriedades que lhe devam ser necessárias e suficientes.

Por essa amplitude dos gêneros — nada do que fizermos linguisticamente estará fora de ser feito em algum gênero, ou ainda, tudo o que fizermos linguisticamente pode ser tratado em um ou outro gênero — é recorrente na bibliografia sobre o tema, várias maneiras de estudo, classificação e aplicação dos gêneros jornalísticos ou textuais. Evidentemente que, em cada estudo com suas particularidades, no geral, eles identificam e revelam atividades sociodiscursivas desempenhadas pelos diferentes gêneros e os recursos linguísticos que as sustentam.

Marcuschi (2010) observa, inicialmente, que é fundamental a distinção de gênero e tipo textual, duas noções que, se misturadas, podem “esvaziar” a noção de gênero textual de sua carga sociocultural, historicamente construída. Segundo o autor (e conforme já descrito), os gêneros textuais são realizações linguísticas concretas definidas por propriedades sociocomunicativas e constituem textos empiricamente realizados, cumprindo funções em situações comunicativas. A nomeação dos gêneros abrange um conjunto aberto e praticamente ilimitado de designações concretas determinadas pelo canal, estilo, conteúdo, composição e função. São exemplos de gêneros textuais: telefonema, sermão, carta, romance, reportagem jornalística, reunião, horóscopo etc.

Já por tipos textuais, Marcuschi (2010, p.24) entende que são constructos teóricos definidos por propriedades linguísticas intrínsecas que constituem sequências linguísticas ou de enunciados. Não são textos empíricos e sua nomeação abrange um



conjunto limitado de categorias teóricas determinadas por aspectos lexicais, sintáticos, relações lógicas, tempo verbal, entre outros.

De acordo com Bonini (2005), a noção de sequência começou a ser definida nos anos 1980, por Jean-Michel Adam, a partir de seis conceitos chave: os conceitos de gênero e enunciado, de Bakhtin; de protótipo, de Rosch; os de base e tipo de texto, de Werlich; e o de superestrutura, de van Dijk.

O termo, de acordo com as ideias de Adam, tem por definição (Rosa, 2007, p.28) uma unidade composicional de complexidade superior a um período simples que compreende dois níveis hierárquicos: a) as proposições re-agrupadas em um número dado de macroposições características do protótipo; e b) as macroposições re-agrupadas na unidade da sequência. Por protótipo, entende-se o objetivo típico da categoria que reúne o maior número de pistas de validade para ser membro dela (Rosch, 1978. In: Bonini, 2005).

Rosa (2007, p.29) faz uma espécie de “tradução” da conceitualização de Adam para o termo sequências dizendo que, numa análise superficial, uma proposição pode ser concebida como uma unidade semântica básica que num texto é organizada em estruturas sintáticas. Um conjunto de proposições compõe uma macroposição que, por sua vez, aliada ou não a outras macroposições, passa a configurar uma sequência textual.

Vale ressaltar que as sequências, apesar de serem concebidas como mecanismos cognitivos, são determinadas pelas condições externas do discurso. No entanto, sua diferença fundamental em relação aos gêneros é a menor variabilidade, conforme descreve Bonini (2005, p.218):

Os gêneros marcam situações sociais específicas, sendo essencialmente heterogêneos. Já as sequências, como componentes que atravessam todos os gêneros, são relativamente estáveis, logo mais facilmente delimitáveis em um pequeno conjunto de tipos.

A identificação de sequências em um texto independe de seu gênero e pode ser justificada pelas estruturas referenciais e textuais específicas de cada uma delas, constituindo uma unidade de sentido. De acordo com Rosa (2007, p.28), as sequências se organizam, inicialmente, numa dimensão cognitiva textual, constituindo no produto da reorganização dos conhecimentos disponíveis na memória. Para a autora, no processo dessa reorganização de conhecimentos, no momento de interação pela linguagem, as sequências assumem determinadas formas linguístico-estruturais que são



“motivadas por representações que o agente da produção textual faz dos seus interlocutores e dos efeitos de sentido que deseja produzir nestes”.

É justamente a junção dessas sequências, que vai garantir, além da plena compreensão da mensagem, a compreensão do processo de organização linguístico-textual. No momento em que o texto é composto e estruturado, elas precisam atuar como formas que se adaptam ao seu conteúdo, não só da interação, mas do gênero. Marcuschi (2010, p.28) descreve de maneira apropriada essa necessidade, no trecho transcrito abaixo

A rigor, pode-se dizer que o segredo da coesão textual<sup>4</sup> está precisamente na habilidade demonstrada em fazer a "costura" ou tessitura das seqüências tipológicas como uma armação de base, ou seja, uma malha infraestrutural do texto. Como tais, os gêneros são uma espécie de armadura comunicativa geral preenchida por seqüências tipológicas de base que podem ser bastante heterogêneas mas relacionadas entre si.

A delimitação do número de sequência não é consensual, variando bastante entre os autores que discutem o tema. Aqui adotaremos a terminologia utilizada por Marcuschi (2010): narração, argumentação, exposição, descrição e injunção, lembrando que os tipos servem, caracteristicamente, a vários gêneros textuais, assim como as sentenças servem aos vários tipos.

Cada um desses tipos textuais é definido por marcas linguísticas predominantes. Daí a ideia de que um tipo textual é dado por um conjunto de traços que formam uma sequência e não um texto (quando se nomeia um certo texto como "narrativo", "descritivo" ou "argumentativo", não se está nomeando o gênero e sim o predomínio de um tipo de sequência de base). A classificação de cada sequência pode ser feita a partir da identificação de seu elemento central, a partir das seguintes definições:

1. Sequência narrativa: tem como elemento central em sua organização a sequência temporal (começo, meio e fim), aliada à sucessão de eventos e unidade temática.

---

<sup>4</sup> Segundo Ingedore Villaça Koch (2000, p.49), o conceito de coesão diz respeito a todos os processos de sequencialização que asseguram (ou tornam recuperável) uma ligação linguística significativa entre os elementos presentes na superfície textual. “A coesão sequencial diz respeito aos procedimentos linguísticos por meio dos quais se estabelecem, entre segmentos do texto (enunciados, partes de enunciados, parágrafos e mesmo seqüências textuais), diversos tipos de relações semânticas e/ou pragmáticas, à medida que se faz o texto progredir”.



2. Sequência argumentativa: predominam como elemento central sequências contrastivas explícitas.
3. Sequência expositiva: também chamada por alguns autores de sequência explicativa, tem como característica maior trechos analíticos ou então explicitamente explicativos.
4. Sequência descritiva: predominam as sequências de localização.
5. Sequência injuntiva: apresenta o predomínio de sequências imperativas.

Bonini (2005) ressalta que dois traços caracterizam uma sequência. Por um lado, ela corresponde a um conjunto hierarquicamente organizado de macroposições. Cada uma das macroposições dá conta de uma das características da sequência e pode ser atualizada por uma ou várias proposições no texto produzido. Por outro lado, diz o autor, as sequências são atualizadas no texto mediante as exigências pragmáticas de enunciado (correspondente em parte ao gênero), o que faz com que uma sequência prototípica se mostre, geralmente, de modo parcial em relação aos seus traços típicos.

Nos discursos específicos, as sequências correspondem a segmentos textuais nos quais os tipos se manifestam efetivamente e são identificados, conforme já citado, por meio das suas infraestruturas textuais e referenciais. É evidente que, num dado gênero textual, mais de uma sequência pode vir a organizar o seu conteúdo temático — aliás a variedade de sequências tipológicas pode ser entendida como uma de suas características. No entanto, é possível que cada sequência seja isolada como, utilizando a expressão de Rosa (2007, p.30) “constructo teórico homogêneo”, a fim de que seja possível observar detalhadamente sua organização, bem como a predominância de cada tipo em determinado gênero. Além disso, considerando a linguagem uma forma de ação social, qualquer que seja a sequência que componha um texto será utilizada com o objetivo de fazer agir do produtor textual.

## **5. Análise**

Sobre o aspecto prático, o trabalho revelou que a identificação da predominância das sequências textuais dentro de um gênero jornalístico está intimamente ligada a sua função, característica e ao seu uso por parte do veículo de comunicação. Um gênero textual possui o seu conteúdo temático planejado por uma ou mais sequências ao mesmo tempo. Porém, mesmo com essa heterogeneidade, uma das sequências apresenta-se, frequentemente, como preponderante sobre as demais.

- **Gênero Informativo – Notícia:** *Futura ministra favorece aliados em SC* (autores: Fernanda Odilla e Maria Clara Cabral / De Brasília). Nesta categoria foi natural encontrarmos uma predominância das sequências narrativas (4), seguida das expositivas (2) – e apenas esses dois tipos – por ter como função relatar informações com detalhes, porém, de forma objetiva (sem opinião do autor) e sem maior aprofundamento do assunto. O próprio conceito de gênero informativo indica o resultado da articulação que existe, do ponto de vista processual, entre os acontecimentos reais que eclodem na realidade e sua expressão jornalística por meio do relato que visa a informar o leitor sobre a realidade.

- **Gênero Opinativo – Editorial:** *Melhor vetar* (autor: Folha de S.Paulo). Da mesma maneira que o item anterior, observamos que o gênero opinativo parte, quase sempre, de acontecimentos da atualidade, oferecendo elementos interpretativos e de reflexão estabelecidos a partir da crença de seu autor, tem a função de exprimir a opinião do jornal. No texto analisado, as sequências argumentativas predominam (4 contra 2 expositivas e 2 narrativas). Apesar de se utilizar, simultaneamente, de outras sequências, como narrativas e expositivas, elas aparecem num segundo plano, servindo apenas de base e recurso para a construção e conexão das ideias. Ou seja, são as argumentativas que direcionam o texto para que cumpra sua função: “a construção por um falante de um discurso que visa convencer o outro sobre determinado objeto” (BONINI, 2005, p.221).

- **Gênero Interpretativo – Análise:** *O triunfo do monstro* (autor: Leonardo Cruz). Com o objetivo de aprofundar a informação com o fim principal de relacioná-la com seu contexto temporal e espacial, tendo um sentido conjuntural (não se limitando a dar conta do que acontece), o texto representante desse tópico nos mostrou ser composto igualmente, em números, por sequências expositivas (3) e narrativas (3). No entanto, a presença de outra sequência, a argumentativa (1), reforça sua estrutura relacionada ao seu objetivo. Nos termos de presença sequencial foi o que apresentou a maior diversidade de tipos. Acreditamos que isso se deva, especialmente, ao seu caráter de contextualização.

- **Gênero utilitário – Chamada:** *Inscrições para concurso acabam na próxima sexta-feira* (autor: Não identificado / Da Redação de São Paulo). O gênero utilitário, no qual analisamos a categoria chamada, revelou apenas o uso de sequências expositivas. Nada mais natural, uma vez que está associado ao conceito de Jornalismo de serviço, que tem como objetivo, simplesmente, oferecer informações úteis para a vida cotidiana, sem qualquer tipo de contextualização, relação ou análise, por exemplo. A aparição de apenas uma e única sequência expositiva se dá, neste caso, no sentido de expor, definir ou numerar os fatos e elementos de informação., além de explicar com detalhes o fato anunciado, dando-lhe clareza.
- **Gênero diversional – Jornalismo literário:** *A classe C mora ao lado* (autores: Hohanna Nublat e Lula Marques / De Brasília). O texto nos mostrou a predominância de sequências narrativas (8), seguidas das expositivas (4) e das descritivas (2). O resultado está claramente de acordo com a proposta do gênero, de relatar a informação, buscando torná-la também saborosa, enriquecendo-a com recursos da narrativa de ficção.

Ressaltamos que as sequências têm participação, não só na caracterização do gênero, mas pela coesão do texto, ou seja, pelo processo de sequencialização das informações que asseguram uma ligação linguística entre os elementos da superfície textual. Neste trabalho, destaca-se a chamada coesão sequencial que, retomando as palavras de Koch (2000, p.49), “traz diversos tipos de relações semânticas e/ou pragmáticas à medida que se faz o texto progredir”. Nesse aspecto, revelam-se fundamentais a estruturação das sequências por marcas textuais, isto é, recursos conectivos ou referenciais, reconhecidos como padrões formais utilizados na transmissão de ideias e sentidos.

Assim, na análise do *corpus*, cada sequência mostrou-se ser constituída por marcas próprias, independentemente de estarem presentes de forma explícita ou implícita. Se nas sequências narrativas, por exemplo, a presença e recorrência do verbo no pretérito perfeito como organizador temporal, aliado ao uso de conectores, são importantes para sua caracterização, nas argumentativas, destacam-se a presença de operadores como elementos que garantem a oposição de enunciados, aliados a outras marcas que garantem tal função, como o uso do verbo no presente, para apresentar

dados; no futuro do presente para apresentar consequências; e no futuro do pretérito para modalizar um ponto de vista.

Da mesma forma, os adjetivos são marcas presentes nas sequências descritivas, uma vez que elas têm por objetivo demonstrar as características da personagem a fim de localizar o leitor quanto a seus aspectos físicos, emocionais, sociais etc. Por último, nas expositivas, observou-se a presença ou não de marcadores explicativos, devido à dupla característica da mesma: explicar com detalhes o fato anunciado ou simplesmente expor, definir ou numerar os fatos e elementos de informação.

## **6. Considerações finais**

Muito mais que aspectos técnicos, estruturais ou classificatórios da Língua Portuguesa ou do próprio Jornalismo, o que percebemos, ao longo do estudo foi uma pequena, mas interessante, parte do funcionamento sociodiscursivo da linguagem por meio de acontecimentos sociais, que se tornam realidades construídas pelo texto e impressas nas páginas de um jornal.

Como bem define Marcuschi (2008, p.155), os gêneros textuais, nos quais os gêneros jornalísticos se encontram, são textos materializados em situações comunicativas recorrentes. Por sua vez, o Jornalismo traz em seu conceito essa materialização da vida diária. Considerado um “registro taquigráfico da história” (Manual, 2001, p.10), deve trabalhar constantemente para que seja capaz de projetar alguma luz para além da efervescência dos acontecimentos registrados em suas páginas. Tal função, intrínseca à atividade já verificada nos primeiros jornais da história que circularam com certa regularidade (os periódicos *Aviso e Relation*, surgidos na Alemanha, nos anos 1609), segue alguns critérios que visam a proporcionar uma leitura ao mesmo tempo fidedigna, reveladora, útil, da realidade.

Assim, só a junção, muito apropriada, dos dois conceitos faz com que o estudo dos gêneros e das sequências textuais que os estruturam se tornem de fundamental importância para a compreensão do processo de organização linguístico-textual, refinando a capacidade do jornal de selecionar, didatizar e analisar a informação para que o leitor a compreenda em seus nexos e articulações, exatamente para garantir seu trânsito em meio à heterogeneidade dos acontecimentos e do funcionamento sociodiscursivo da linguagem.

Claro que, na prática do jornalismo diário, não há tempo, na hora da elaboração do texto, de seu autor pensar no estabelecimento das marcas, das sequências, bem como



em sua predominância em cada gênero textual produzido. Não é esta sua função, apesar do jornalista precisar se concentrar a todo momento na obtenção de um bom domínio da Língua Portuguesa a ponto de ser capaz não apenas de escrever com correção gramatical, mas também com precisão vocabular e variedade de recursos estilísticos. Daí a importância da própria caracterização do gênero. Ainda que ela esteja ancorada no uso de marcas textuais e das sequências, o simples conhecimento de sua função já é capaz de garantir um texto de acordo com esses elementos. Tal cenário se mostra curioso, uma vez que pode revelar, num primeiro momento, o privilégio, no meio da produção de mensagens jornalísticas, do conteúdo da mensagem ao invés da forma. Entretanto, após a análise ficou ainda mais claro que é a forma, aliada à função da mensagem, que produz o gênero — sem esquecer da importância do suporte impresso nesse processo.

Quando o gênero jornalístico, composto por suas sequências, que por sua vez, são constituídas por suas marcas, cumpre sua função, de informar dentro daquilo que se limita, tem-se o efeito do jornalismo e, em última instância da língua, tão bem descrito nas palavras do renomado jornalista José Hamilton Ribeiro (2004, p.110):

Uma boa reportagem é uma vitória repentina (...) Quando uma pessoa inteligente termina de ler um bom material jornalístico, nasce no seu canto de boca um aceno de sorriso.

## Referências

BONINI, Adair. Os gêneros do jornal: questões de pesquisa e ensino. In: KARWOSKI, Acir Mario; GAYDECZKA, Karim S. Brito (orgs.). **Gêneros textuais** – Reflexões & ensino. São Paulo: Lucerna, 2008.

\_\_\_\_\_. A noção de sequência textual na análise pragmático-textual de Jean-Michel Adam. In: MEURER, J. L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (orgs.). **Gêneros – teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editoria, 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas: Unicamp, 1995.

CASTRO, Thamara Santos de. O uso dos verbos e expressões modais em editoriais. **JORNADA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**, VI, 2010. Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...**



Disponível em:

[http://www.pgletas.uerj.br/linguistica/jel/2010/resumos/VIJELUERJ\\_SP02\\_R01.pdf](http://www.pgletas.uerj.br/linguistica/jel/2010/resumos/VIJELUERJ_SP02_R01.pdf).

Acesso em fev 2011.

COSTA, L. A. da. Gêneros jornalísticos. In: MARQUES DE MELO, J.; ASSIS, F. de (orgs.). **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Paulo: Metodista, 2010.

CUNHA, D. de A. C. da. O funcionamento dialógico em notícias e artigos de opinião. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (orgs.). **Gêneros textuais & ensino**. São Paulo: Parábola editorial, 2010.

DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (orgs.). **Gêneros textuais & ensino**. São Paulo: Parábola editorial, 2010.

DIONÍSIO, Angela Paiva; BESERRA, Normanda da Silva (orgs.) **Tecendo textos, construindo experiências**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

FIORIN, J.L. **As astúcias da enunciação**. São Paulo: Ática, 2001

FOLHA DE S.PAULO. **Manual da Redação**. São Paulo: PubliFolha, 2001.

HOFFNAGEL, Judith Chambliss. Entrevista: uma conversa controlada. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (orgs.). **Gêneros textuais & ensino**. São Paulo: Parábola editorial, 2010.

KOCH, Ingedore Villaça. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 2000.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). **Gêneros textuais & ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

\_\_\_\_\_. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARQUES DE MELO, J. M. de; ASSIS, F. de (orgs.). **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Paulo: Metodista, 2010.

MARQUES DE MELO, J. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

\_\_\_\_\_. Gêneros jornalísticos: conhecimento brasileiro. In: MARQUES DE MELO, J.; ASSIS, F. de (orgs.). **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Paulo: Metodista, 2010.

MARTINS, Eduardo. **Manual de redação e estilo de O Estado de S.Paulo**. São Paulo: O Estado de S.Paulo, 1997.

MELO, Patrycia Maria. Argumentação no gênero artigo de opinião. In: **Revista de Linguagens Boca da Tribo**, v. 1, n .1, p.59-69. Abril. 2009. Disponível em: <http://cpd1.ufmt.br/bocadatribu/adm/artigos/anexo4.pdf>. Acesso em: feve.2011.



MEURER, J. L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (orgs.). **Gêneros – teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editoria, 2005.

PENA, Felipe. **Jornalismo Literário**. São Paulo: Contexto, 2006.

RIBEIRO, José Hamilton. Fórmula de reportagem. In: DANTAS, Audálio (org.). **Repórteres**. São Paulo: Senac, 2004.

ROJO, Roxane. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, J. L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (orgs.). **Gêneros – teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editoria, 2005.

SOUZA, Lusinete Vasconcelos de. Gêneros jornalísticos no letramento escolar. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (orgs.). **Gêneros textuais & ensino**. São Paulo: Parábola editorial, 2010.